GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO 2
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA PARA O RITO DA ANÁLISE FISCAL

	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL **SECRETARIA DA SAÚDE** _____ (IDENTIFICAR O ÓRGÃO EMISSOR DO AUTO DE INFRAÇÃO: DVS/CEVS OU CRS) _____ (IDENTIFICAR O SETOR)	N.º _____/____.
	AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA **ANÁLISE FISCAL**	

AUTUADO

NOME/RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	CEP:
MUNICÍPIO:	CNPJ ou CPF:
RAMO DE ATIVIDADE:	Nº ALVARÁ SANITÁRIO:

Ao(s) ___ dias do mês de _____ do ano de ___, às __ h e __ min, no exercício da fiscalização sanitária, com a finalidade de apurar a(s) seguinte(s) irregularidade(s):_____
_____
_____
_____

_____, tendo havido infração, respectivamente, ao(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is):_____
_____

_____. A(s) infração(ões) está(ão) tipificada(s) no Artigo 10, IV, da Lei Federal nº 6437/77**,** que prevê as seguintes penalidades: advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa. Por estas razões, lavrei o presente Auto de Infração Sanitária em 2 (duas) vias, ficando o autuado notificado de que responderá pelo fato em processo administrativo sanitário e que, de acordo com o art. 34 c/c parágrafo único do art. 30, da Lei Federal n.º 6.437/77, terá o prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do resultado do laudo de análise fiscal, para, querendo, apresentar defesa e/ou impugnação a este Auto, em separado ou juntamente com o pedido de contraprova, perante a _____ (*identificar o órgão emissor do auto de infração: DVS/CEVS ou CRS*) pelo e-mail _____ *(identificar o e-mail), em arquivo PDF, assinado pelo representante legal, ou impressa no(a)*_____ (*endereço completo do local em que deve ser entregue a defesa e/ou impugnação*).

CIÊNCIA

_____, _____de _____de _____.

_____
SERVIDOR AUTUANTE

Nome:

_____.

Identidade
Funcional:_____.

RECEBI A 1.ª VIA DESTE AUTO EM _____/_____/_____.

_____
AUTUADO

Nome: _____.
RG/CPF: _____.

QUANDO O AUTUADO RECUSAR-SE A ASSINAR OU FOR ANALFABETO:

_____
TESTEMUNHA

_____
TESTEMUNHA

ANEXO 3
TERMO DE INTERDIÇÃO CAUTELAR DE ESTABELECIMENTO